

## **Armindo de Sousa** (02.06.1941 - 25.10.1998)

Uma vida numa obra...

Apresentação do livro de Armindo de Sousa, *O Parlamento Medieval Português e outros estudos*. Porto: Fio da Palavra, 2014.

Começarei por algumas notas pessoais.

Ter-me-ei cruzado com o Doutor Armindo de Sousa, pelo menos no Congresso sobre Bartolomeu Dias em 1988, mas marco o que se pode designar por conhecimento deste Colega, o mês de Abril de 1989, dois anos depois do seu doutoramento. Participámos ambos, com alguns outros Mestres e Colegas, por todos o Doutor Baquero Moreno – que evoco com todo o meu respeito e amizade –, no Colóquio “Poder central e poderes periféricos em perspectiva histórica”, promovido pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz. Aí tive tempo para conversar e conhecer a cultura, o pensamento e a sensibilidade deste medievalista, como depois no Congresso de estabelecer diálogos científicos sobre os temas abordados, mas não menos de partilhar com ele e os demais Colegas a beleza de um céu azul do Alentejo em mês de Primavera e de conhecer as riquezas gastronómicas e vinícolas da região.

Diga-se, porém, que como leitora da sua obra o nosso conhecimento era muito anterior. Eu ainda no decurso da minha redacção da tese de doutoramento fui inflectindo para o estudo dos poderes e de entre eles o poder municipal. Em 1983 passei a dar aulas de Noções de História do Municipalismo no Centro de Estudos e Formação Autárquica.

A presença dos concelhos em Cortes começou a ser um tema da minha máxima preferência. E assim, nas minhas provas de Agregação, que tiveram lugar em Junho de 1990, eu apresentei uma lição sobre “Relações de domínio no Portugal concelhio de meados de Quatrocentos” (separata de *Revista Portuguesa de História*, t. XXV, Coimbra, 1990) com base nos capítulos especiais dos concelhos levados às Cortes de Lisboa de 1439.

Não mais abandonei estes estudos das Cortes até aos dias de hoje, sendo talvez por isso mesmo uma das medievalistas que mais recorre e cita os dois volumes da tese do Doutor Armindo de Sousa sobre o tema. Na reflexão sobre as Cortes, encaradas sob diversos prismas, tive e tenho sem dúvida o mesmo gosto científico que o Doutor Armindo de Sousa. E não posso aqui deixar de recordar a colegialidade da partilha de investigação e as discussões científicas que tivemos sobre a matéria, que sempre me acrescentaram mais saber.

Foi certamente esta convergência de investigação e estudo que levou os Professores da Faculdade de Letras do Porto a convidarem-me a integrar o júri de provas para o título de Agregado do Doutor Armindo de Sousa, que tiveram lugar nesta Faculdade, nos dias 13 e 14 de Março de 1997.

Mas em contínuo houve reencontros meus com os trabalhos deste Colega. Tendo-me cabido a incumbência de biografar o rei fundador da segunda dinastia, de novo me foi imprescindível ler e meditar os estudos de Armindo de Sousa sobre *As Cortes e 1385* e *A morte de D. João I: um tema de propaganda dinástica*, qualquer deles profundamente interpelante e estimulante.

E se nomeio estes “encontros” maiores, direi que, a muitos outros títulos, recorro às suas análises ou às suas sínteses na História de Portugal ou na História do Porto. E sempre com os

seus estudos “repenso” as minhas reflexões e encontro luz para contextualizar e reinterpretar as fontes.

Compreende-se assim bem que os discípulos e colegas do Doutor Armindo de Sousa, os Doutores Luís Miguel Duarte, Luís Carlos Amaral e André Evangelista Marques lhe quisessem render uma homenagem, quinze anos decorridos sobre a sua morte, e reunir os estudos deste Professor na obra *O Parlamento Medieval Português e outros estudos*. Acessibilizaram deste modo, de um forma prática e imediata, o seu saber, que continua a ter plena actualidade nos nossos dias.

Como a sua tese se encontra publicada desde 1990 e as suas contribuições na *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, e na *História do Porto*, dirigida por Oliveira Ramos, tiveram a maior divulgação, temos agora à nossa inteira disposição a Obra Completa deste Autor. Sem esquecer que os referidos coordenadores quiseram publicar autonomamente na mesma Editora, Fio da Palavra, em 2009, o estudo *A morte de D. João I: um tema de propaganda dinástica*. E eu concordo inteiramente com esta autonomização já que o estudo sobre a morte de D. João I se constitui num espelho da heurística e hermenêutica que deve balizar o ofício do historiador. Os estudiosos da História colhem neste livro uma completa aprendizagem da análise e crítica das fontes e da sua exegese à luz do signficante e significados da “boa morte” do rei, um tema de propaganda política da maior relevância na legitimação da dinastia de Avis.

Agora, no livro *O Parlamento Medieval Português e outros estudos*, recolhem-se 24 trabalhos de Armindo de Sousa que os organizadores da compilação agruparam em quatro secções: “O Parlamento Medieval Português”, “Poder Local e Instituições Eclesiásticas”, “Representações e Cronística” e “Outros Estudos”.

A componente mais forte é a dos estudos, em número de doze, sobre “O Parlamento Medieval Português”, o tema forte da investigação de Armindo de Sousa. Conta a segunda secção com cinco estudos e a terceira com três. Os outros estudos são compósitos, apresentando um trabalho de arqueologia, a ciência a que primeiro esteve ligado este historiador, o seu estudo Portugal para o sétimo volume da obra dirigida por Christopher Allmand, *The New Cambridge Medieval History*, e ainda os dois programas que apresentou, respectivamente, para o seu concurso de Professor Associado e para as suas Provas de Agregação, da disciplina que sempre leccionou, Cultura e Mentalidades da Época Medieval.

O excelente prefácio de Luís Miguel Duarte diz quase tudo sobre o Historiador Armindo de Sousa e a sua Obra. Ele é o seu discípulo e herdeiro como assistente e agora titular da disciplina de Cultura e Mentalidades e por isso um dos maiores admiradores do seu Mestre. Mas não tem o monopólio, o que por certo muito lhe agradará, desse discipulato, admiração e estima. Muitos outros a perfilham, cada um a seu modo. Nesses me incluo.

Na referida introdução Luís Miguel enuncia, a partir do primeiro artigo que abre esta coletânea e depois na análise da sua tese de doutoramento, os fundamentais e novos contributos deste Autor no estudo das Cortes, ou Parlamento, como preferia, em tempos medievais.

Remeto os leitores para as suas palavras com as quais, na generalidade, me identifico. Os estudos de Armindo de Sousa sobre as Cortes na Baixa Idade Média defendem a tese primeira de que as Cortes são uma estrutura política com características e funções específicas, que se integram no sistema político global. E para a fundamentação desta tese desenvolveu o profundo estudo sobre os espaços, sessões, funções e intervenientes nas Cortes, com particular destaque para a análise dos procuradores dos concelhos, que teremos sempre de contextualizar

no corpo das elites governativas do poder local, o que muito condiciona e modela o seu discurso. Foi particularmente inovador na análise dos textos das Cortes, muito em particular os capítulos gerais do povo. A decomposição do seu texto em factos motivadores, justificação e requerimento faz-nos perceber cabalmente que um capítulo de Cortes não se pode ler como um documento que dá conta de um mero pedido ou agravo, mas que é em si mesmo uma peça de retórica com um discurso que tem a finalidade de convencer e alcançar um fim, desde logo o maior, do deferimento régio, ao que roga ou ao que denuncia um abuso que se quer expurgar. Do mesmo modo a resposta do rei é uma peça que nos elucida não apenas sobre os objectivos da política régia, mas sobre a filosofia e doutrina jurídica que sustentam o poder real. Depois dos estudos de Armindo de Sousa ninguém leu o Parlamento medieval português do mesmo modo que anteriormente.

Assim, o primeiro escrito sobre as suas teorias, como que um “balão de ensaio”, foi o estudo das *Cortes de Leiria-Santarém de 1433*, publicado em 1982, o trabalho inicial deste livro, que nos oferece a transcrição integral dos capítulos gerais dos concelhos e a sua análise de conteúdos e respostas. E o mesmo se diga quanto ao segundo *As Cortes de Évora de 1435*, uma vez que nele vai demonstrar que não houve Cortes em Évora nesse ano, exercício que repetirá abundantemente na sua tese de doutoramento, para, numa análise crítica das fontes, nos fornecer elementos sobre todas as Cortes celebradas entre 1385 e 1490, sistematizados em convocatória, objectivos, data e duração, delegações, participantes, documentos produzidos e bibliografia especial, mas igualmente para nos dar a conhecer as Cortes que considerava insuficientemente documentadas ou erroneamente admitidas.

Caso à parte constituiu, para mim, o seu estudo *O discurso político dos concelhos nas Cortes de 1385*, que nos contrapõe a visão política desta assembleia face à visão jurídica de Marcelo Caetano de que dispúnhamos. No discurso político do povo nestas Cortes, que apelidou com pertinência de “revolucionário”, dá a conhecer os temas das petições dos povos e a sua fundamentação, que nos iluminam os interesses da burguesia do reino, a qual, depois de uma inicial hesitação, veio a apoiar a ascensão do Mestre de Avis D. João a rei de Portugal. Trabalho este a confrontar com A estratégia política dos municípios no reinado de D. João II, onde o peso das oligarquias dirigentes concelhias é já fortíssimo, fazendo-as esgrimir contra todos os poderes que coartassem o seu, e apoiando um forte poder monárquico, mas fechando-se numa estratégia política que Armindo de Sousa classifica de “isolacionista, conservadora e elitista”. Correlacionado com estes temas deparamos ainda com o seu trabalho *O Parlamento na época de D. João II*, que muito nos diz sobre o ideário político deste rei e sobre as inovações que introduziu no funcionamento e cerimonial de poder das Cortes, para além das poucas anotações que ficaram registadas nos capítulos gerais do povo sobre a empresa das Descobertas. E estes dois escritos entrecruzam-se com o texto inédito, transposto da oralidade para a escrita nesta obra, sobre as *Cortes nos reinados de D. João II e D. Manuel I*.

Dialogam entre si quatro outros escritos – o artigo saído no Jornal de Letras *Território Português e representatividade na Idade Média*, no qual Armindo de Sousa demonstra, através da representatividade dos concelhos das diversas comarcas em Cortes e dos assuntos e preocupações dos povos, como, e passo a citar, “o Parlamento medieval português, enquanto espaço de diálogo e espaço de luta, teve um papel importante na criação duma consciência de identidade nacional ao nível do terceiro estado” (p. 269); outro, o artigo publicado em 1992 na revista *Cadernos Históricos*, intitulado *O discurso do Algarve nas Cortes do Século XV*, no qual, através dos

capítulos gerais do Algarve, apresentados em Cortes, o Autor assinala a especificidade do seu discurso parlamentar, que conforma uma especial identidade algarvia; o terceiro, editado postumamente nas Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, designado *Frenteira e Representação Parlamentar*, dá-nos conta do peso significativo dos concelhos fronteiriços nas Cortes - o que bem ilustra as preocupações régias com a defesa e a integração nacional -, mas, através dos capítulos gerais desses concelhos de fronteira, afirma Armindo de Sousa não ter descoberto a especificidade da problemática fronteiriça, admitindo que a mesma se possa colher nos capítulos especiais (e neste particular acho que já fui completando com alguns estudos, justamente baseados nos capítulos especiais de Cortes, esta identidade e particularismo fronteiriços dos concelhos de Ribá Coa ou dos do distrito da Guarda em geral); e finalmente agrupo aqui a conferência *Estado e Comunidade. Representação e Resistências*, proferida em 1997 e publicada em 1999, no ciclo de conferências que teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa sobre “A génese do Estado Moderno no Portugal tardo-medieval”, que tive o gosto de coordenar juntamente com o meu Colega Armando Luís de Carvalho Homem, na qual Armindo de Sousa, na sua conclusão, vem a afirmar, e cito: “Se me perguntassem qual o contributo mais importante em termos de resistência e representação do período tardo-medieval para génese do Estado Moderno, eu responderia a ideia de representatividade, a sua institucionalização e, embora tenuemente, a mentalidade representativa” e termina: “penso ter mostrado que essa mentalidade representativa, ténue embora, corporativa embora, informou não só o espírito dos deputados populares às cortes portuguesas medievais como também o das elites municipais em geral. A instituição da representação política, invenção europeia que se vai espalhando pelo Mundo, nasceu na Idade Média” (p. 310).

Este conjunto de trabalhos é basilar para se avaliar o peso das Cortes na composição das identidade regionais e da identidade nacional de Portugal.

Completa-se este painel parlamentar com o panorama bibliográfico que publicou, em 1990, na Revista Penélope sobre as Cortes medievais portuguesas e a conferência proferida no mesmo ano e publicada no seguinte, na Revista da Faculdade de Letras - História, *O Parlamento Medieval Português. Perspectivas Novas*.

A partir deste maior bloco de estudos que ocupa mais de metade da obra, desenvolvendo-se até à página 335, abre-se um outro sobre Poderes, em que se entrelaçam enfoques sobre o poder monástico, o poder episcopal e o poder concelhio.

Uma nova convergência com o meu próprio trajecto de investigação e por isso mesmo o Doutor Armindo de Sousa brindou-me com um estimulante debate quando apresentei, em Reguengos de Monsaraz, o trabalho que lhe despertou muito interesse, “Entre poderes - análise de alguns casos na centúria de Quatrocentos”.

O primeiro estudo de Armindo de Sousa neste apartado, sobre o mosteiro de Santo Tirso no século XV, instituição que chegou a ser uma hipótese de tema a desenvolver em tese de doutoramento, para além de uma panorâmica geral sobre esta casa, fixa-se na pessoa e no poder dos seus abades, que pertenciam ao estrato nobiliárquico e usavam o mosteiro como honra pessoal, independentes e distantes dos monges. O último trabalho deste painel, num estudo de mentalidades e ideias, põe especificamente em confronto os beneditinos e mendicantes nos finais da Idade Média para vir a concluir por alguns contrastes - beneditinos de vocação trans-secular e auto-suficiência rural; mendicantes de vocação secular e interdependência urbana; beneditinos com o culto do silêncio e mendicantes com o culto da palavra; beneditinos buscando

a perfeição pessoal, mendicantes buscando a perfeição dos homens; beneditinos acolhedores de nobres e viajantes, mendicantes acolhedores de mendigos e agnósticos; beneditinos com uma acção socialmente opaca, mendicantes com uma acção socialmente exposta. São estes, pontos antagónicos bem interpelantes para uma reflexão. Mas o Autor desafia-nos mesmo para ela ao afirmar, e cito: “Eis alguns tópicos. Que podem ser corrigidos e aumentados. O importante é que deles resultem dois paradigmas distintos do ideal cristão e humano”.

E eis uma nota recorrente nos seus estudos, a de que os seus trabalhos são abertos ao debate e ao progresso historiográfico.

Armindo de Sousa seduziu-se também pelo confronto do poder episcopal com o poder concelhio. E escolheu justamente as duas cidades de jurisdição episcopal – Braga e Porto - como estudos de caso. O governo municipal bracarense de 1402 a 1472 veio a apresentar-se-lhe como uma experiência fracassada. Já no estudo, que verdadeiramente se tornou um clássico, dos conflitos entre o bispo e a câmara do Porto, entre 1457 e 1462, fixando-se nas características, objectivos e actos dos dois grupos ou partidos em confronto, mostrou o êxito do grupo da câmara, que não foi subjugado pelo poder eclesiástico, enquanto Braga voltará ao senhorio da Igreja em 1473, sendo dominada pelo bispo D. Luís Pires contra o qual haviam justamente pleiteado, com sucesso, os homens do Porto. É que, como afirma neste estudo e repete no outro, e cito: “Os burgueses tripeiros achavam-se particularmente bem equipados, em termos económicos, políticos e mentais para aguentar e vencer as lutas que tiveram de travar na corte, na cidade e no termo”. E foi esta Cidade, primeiro episcopal e depois assumidamente laica, que nos encenou com mestria no “Porto em tempos medievais” na *História do Porto* em que colaborou.

A terceira secção “Representações e Cronística”, pequena em páginas mas densa em ideias, engloba três escritos. Um sobre *Imaginário e Real na Idade Média* em que Armindo de Sousa, convocando os textos e as imagens, na sua contextualização, crítica textual e sentido de representação, navega pelo imaginário e pelo real no mundo da política, no mundo da economia e por dentro do pensamento cosmológico e geográfico, sendo bússola para acauteladamente seguirmos caminho entre texto e contexto, e acercarmo-nos das mentalidades dos homens medievais. No seguinte fixa-se num tipo de texto específico, o das *Crónicas e dos cronistas*, que é afinal um discurso que acolhe o maravilhoso, a profecia, a propaganda, sendo por isso mesmo de um acrescido valor histórico. Assim, como afirma, tais textos quando “bem interpretados, dão-nos, para além dos factos e sucessos, os homens e as épocas, os tempos e os modos. Valores, mitos, tácticas e estratégias” (p. 513). A materialização deste exercício firma-se no texto seguinte sobre *Imagens e utopias em Portugal nos fins da Idade Média* em torno da realeza, dissertando sobre a imagem consentida do rei em dupla acepção “a oficial, propalada pelos reinantes e seus adjacentes – cronistas, conselheiros, pregadores e letrados – e a aceite colectivamente pelo clero, pela nobreza e pelo povo” (p. 517).

Por fim este livro reúne o estudo de Armindo de Sousa, quando se iniciou na Arqueologia sobre a cerâmica da Gandra em Esposende, que só os meus colegas da especialidade saberão dizer do seu interesse, embora se torne manifesto que também aqui o Autor tratou exaustivamente as fontes em desenhos esmerados e reconstituições de objectos. Segue-se a síntese em inglês sobre Portugal para a obra *The New Cambridge Medieval History*, como se disse, em que se acompanha o devir histórico da política régia na centúria de Quatrocentos. E termina esta compilação com os dois programas da disciplina de Cultura e Mentalidades na Época Medieval,

que se tornam um bom exercício comparativo pedagógico de se leccionar uma disciplina por temas e conceitos, mais complexa e exigindo uma excelente preparação dos alunos, e uma outra mais pragmática que assenta nos pensadores dos diferentes séculos e que acompanha cronologicamente a evolução da cultura e mentalidades do homem medieval.

Se, como não tenho dúvidas, todos estes estudos eram bem familiares e próximos dos professores e alunos da Escola do Porto, mesmo quando espalhados pelas várias revistas e obras em que os foi publicando, embora um estivesse inédito, para os demais estudiosos poderiam, alguns deles, não ser fácil o acesso. Fizeram por isso um excelente trabalho os organizadores desta coletânea, os Doutores Luís Miguel Duarte, Luís Carlos Amaral e André Evangelista Marques, em os ter agrupado, respeitando escrupulosamente os escritos de Armindo de Sousa. A comunidade científica deve-lhes ficar muito grata. Como grata deve estar para com a Editora Fio da Palavra que meritoriamente aceitou publicar este livro

Os estudos de Armindo de Sousa, assim reunidos, são um apelo para todo e qualquer historiador, dos jovens investigadores aos que já de há muito perseguem o ofício de construir a História. Eles são o espelho de um Historiador, como letra grande, que manejava habilmente as técnicas historiográficas – apoiava-se no quantitativo para se elevar ao qualitativo, que lhe permitia as reflexões políticas, sociais e mentais; miudamente aplicava-se a uma crítica textual das fontes e à desconstrução do sentido do seu discurso para atingir as representações, o imaginário e as utopias; interrogava-se e respondia; numa escrita muito límpida, de um português de bom recorte, mas com um estilo inimitável e muito seu; abria as suas reflexões à crítica, ao caminho a prosseguir por outros.

Por isso lhe devemos, e estou inteiramente de acordo com o escreve Luís Miguel Duarte na Introdução, avançar mais no que nos transmitiu, seja corrigindo e criticando algo que nos seus escritos possa estar menos correcto, seja sobretudo aprofundando algumas das ideias e problemáticas que nos legou e, sobretudo, se o soubermos, cada um a seu modo, perseguir outras inovadoras e estimulantes propostas no eterno fio de Penélope com que se faz e refaz a História.

A leitura assim conjunta dos estudos de Armindo de Sousa refrescou-me. Fui escrava de uma ordem que me foi dada para apresentar este livro. Alforriei-me ao meditá-lo e apreendê-lo.

Foi singela a minha apresentação. Quis dar “voz” a Armindo de Sousa, ouvindo-o, como ele ouvia, e eu creio que também já ouço, a “voz” do povo em Cortes.

E com este gesto eu quis homenagear pessoalmente o Colega e Amigo, e para todos nós o Professor, o Historiador e o Homem que foi Armindo de Sousa, que será uma memória perene na historiografia portuguesa.

*Maria Helena da Cruz Coelho\**

---

\* Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.